

DICCIONARIO ESPAÑOL-PORTUGUÉS/PORTUGUÊS-ESPAÑOL DE TÉRMINOS COMERCIALES, ECONÓMICOS Y JURÍDICOS.

ANA HERMIDA RUIBAL

Tradutora

Viñal, Antonio et al, *Diccionario español-portugués/português-español de términos comerciales, económicos y jurídicos.*

Madrid/Barcelona: Marcial Pons, 2003. 535pp, ISBN: 84-9768-074-X

Quando um tradutor de português para espanhol ou vice-versa efectua uma pesquisa dos dicionários, vocabulários, léxicos e outro material terminológico que existe nestas duas combinações linguísticas, geralmente fica desiludido – e mal servido – por causa da pouca variedade destas obras. Ora, se nos referirmos a material terminológico útil para a tradução científico-técnica, isto é, a não-literária, o problema agrava-se. A quase inexistência de material terminológico especializado de apoio ao tradutor de português-espanhol-português é um facto – triste, neste caso, para a tradução e para as relações entre Espanha e Portugal.



O lançamento, em Dezembro de 2003, do *Diccionario español-portugués/português-español de términos comerciales, económicos y jurídicos*, editado pela Marcial Pons (<http://www.marcialpons.es>), dirigido por Antonio Viñal e elaborado em colaboração com a Câmara Hispano-Portuguesa de Comércio e Indústria em Espanha, pretende quebrar este impasse e oferecer uma ferramenta de apoio, quer a profissionais da tradução, quer a especialistas das áreas de Direito, Economia e Empresas que têm negócios e lidam com documentos de ambos os países.

O director do referido dicionário é Antonio Viñal, advogado e delegado na Galiza da Câmara Hispano-Portuguesa de Comércio e Indústria. Para levar a cabo este projecto, Antonio Viñal dirigiu uma equipa de trabalho formada por oito especialistas de nacionalidades portuguesa e espanhola – apenas um deles é filólogo e nenhum tradutor, diga-se de passagem –, designadamente, João Flores,

Aureliano Neves, José Vital, Beatriz Aramburu, Marcelino Cabanas, Denis M. Canellas, Antonio Viñal Menéndez-Ponte e Maria Barão.

O dicionário em análise, que abrange as áreas comercial, económica e jurídica, está centrado no português de Portugal e no espanhol de Espanha.

Esta obra compõe-se de três partes bem diferenciadas: em primeiro lugar, a versão espanhol-português de termos comerciais, económicos e jurídicos; em segundo lugar, a versão português-espanhol desses mesmos termos; e, por último, quatro anexos, nomeadamente:

- a) Uma selecção de termos comerciais, económicos e jurídicos internacionais, ordenados alfabeticamente pelo termo internacional em inglês (na maioria dos casos), francês, italiano e latim;
- b) Uma selecção de palavras relacionadas com o tempo (dias da semana, estações e meses do ano nos dois idiomas);
- c) Os números cardinais, ordinais, multiplicativos e fraccionários, sempre em ambas as línguas, mas tendo por base, neste caso, o espanhol;
- d) Unidades de peso e medida (comprimento, superfície, volume e capacidade).

Relativamente ao conteúdo das duas primeiras partes do dicionário, algumas entradas não são, por vezes, suficientemente precisas, contendo, sobretudo, alguns termos de tradução controversa.

Um deles, por exemplo, é o termo português «freguesia» que, quando aplicado à área de divisão administrativa – pois também quer dizer «clientela», em espanhol e em português –, é frequentemente traduzido por *parroquia* (termo que só se utiliza com este significado no Noroeste de Espanha, nomeadamente na Galiza), *feligresía* e até há quem opte por omiti-lo; por exemplo: «Nasceu na freguesia de Santo António dos Olivais, Concelho de Coimbra» é, por vezes, traduzido como «*Nació en Santo António dos Olivais, municipio de Coimbra*». Este dicionário optou por oferecer uma explicação do termo («*división administrativa en un municipio, barrio o distrito; clientela*»), sem propor um equivalente espanhol.

Nas entradas e equivalências, nota-se a falta da indicação da categoria gramatical, do género e dos campos e subcampos a que pertence o termo (Direito, Banca, Comércio Internacional, etc.) e muitas entradas contêm a tradução mais óbvia que, por vezes, não é a mais adequada, sem fornecer qualquer explicação adicional. É o caso de «funcionário», termo português que é frequentemente utilizado para se referir a um «empregado» e que, para se distinguir do «funcionário do Estado» (que é o único significado que tem em Espanha), deve ser acrescido do termo «público» («funcionário público»).

O preço do dicionário é de aproximadamente 43 euros. Pode ser encomendado a diversas livrarias e editoras virtuais e, igualmente, à própria editora (cuja página da Internet é <http://www.marcialpons.es>), que o enviará por correio pelo custo adicional de 5 euros de portes, se o destino for a Espanha.

Em conclusão, esta é a primeira obra do género, tanto em Espanha, como em Portugal, sendo, por isso, uma obra obrigatória para todos os profissionais da tradução português-espanhol-português que trabalham com textos jurídicos, económicos e comerciais de Portugal e Espanha. Esperamos que a obra constitua uma base para outras investigações e outras publicações, mais exaustivas e completas, que sejam úteis para o tradutor científico-técnico entre o português e o espanhol. ■